

*O Serviço de Recreação
Operária (1943-1945):
uma experiência do
governo Vargas no
campo do não-trabalho*



O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA (1943-1945): UMA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO VARGAS NO CAMPO DO NÃO-TRABALHO

RESUMO

Trata-se neste artigo da criação e do funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO), fundado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, com o objetivo de coordenar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias. A pesquisa ressalta que as atividades organizadas pelo Serviço, mesmo que fortemente marcadas pela ideologia estadonovista, poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderiam lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar. Neste estudo, não se acredita que a criação do SRO tenha sido resultado da inteligência de um único homem. Entende-se que seja uma resposta a demandas referidas a instâncias normativas nacionais e internacionais, que são: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, patronato industrial e comercial, Organização Internacional do Trabalho, Encíclica *Rerum Novarum* e movimento operário.

PALAVRAS-CHAVE

Estado Novo; Serviço de Recreação Operária; História do Lazer; Lazer Operário.

Angela Brêtas¹

O SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA (1943-1945): UMA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO VARGAS NO CAMPO DO NÃO- TRABALHO²

O tempo de lazer dos trabalhadores sempre foi visto como algo valioso e importante e, ao longo dos séculos XIX e XX, diversas foram as tentativas de utilizá-lo para a educação e o controle do operário.³ Estado, patronato e até mesmo o movimento operário organizado, cada um a seu modo e de acordo com seus interesses, intervieram de modo a enquadrar o trabalhador naquilo que acreditavam ser um modelo ideal.

Neste artigo, apresentamos e analisamos uma experiência institucional de lazer⁴ desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, entre 1943 e 1964. Detemo-nos no período compreendido entre

¹ Doutora em Educação (UERJ) e professora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do grupo ESQUINA - Cidade, Lazer e Animação Cultural.

² Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada "*Nem só de pão vive o homem*": criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). 2007. 332 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

³ Cf. VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Nova Cultural, 1987; RYBCZYNSKI, W. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000; CORBIN, A. *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

⁴ Utilizamos esse termo com muito cuidado, pois sua ocorrência na época era bem pequena. Era mais comum encontrar expressões como "recreio, tempo de recreio, tempo de alheamento, tempo de repouso e tempo de descanso", entre outras. Como ensina De Certeau, é necessário ter atenção no tratamento de termos específicos, pois nem sempre a mesma palavra pode descrever ou se referir ao mesmo objeto (DE CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006). Naquele período a discussão que estava posta se referia predominantemente à regulação do tempo de trabalho e, na atualidade, o lazer, ao menos em que diz respeito à Educação Física, configura uma área de conhecimento com instituições de saber, grupos de saber e convenções disciplinares que regulam o campo e a atuação profissional. Ver, por exemplo: a) Grupo Anima: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais / UFRJ, coordenado pelo professor Victor Andrade de Melo. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/>>. Acesso em 14 abr. 2007; b) Centro de Estudos de

1943 e 1945 pelo fato de o considerarmos como o mais intenso na oferta de atividades e como o mais representativo da política de amparo e de assistência ao trabalhador do Governo Vargas. Essa experiência foi o Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, que teve Arnaldo Lopes Süssekind como seu primeiro presidente. Subordinado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de “coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração”.⁵

O SRO pode ser considerado uma experiência complexa e contraditória, pois além de possuir intenções de controle e de manipulação, estava fortemente marcado pela ideologia do Estado Novo. Apesar disso, as atividades que oferecia e/ou aquelas que eram desenvolvidas com seu apoio, ao menos até o fim de 1945, apresentavam possibilidades de ampliação do universo cultural de seus usuários, pois permitiam o acesso a um conjunto de experiências ou de linguagens culturais socialmente mais valorizadas que não faziam parte do cotidiano da massa trabalhadora no período. Daí que, para procurar apreender a complexidade dessa experiência, nos afastamos das explicações pautadas nas ideias, características ou modelos de repressão e de manipulação da relação que o Regime Vargas pretendia estabelecer com o povo brasileiro. Esses modelos são insuficientes, pois não permitem perceber os diferentes nexos do SRO.

Lazer e Recreação (Celar / UFMG), coordenado pelos professores Christianne Luce Gomes e Hélder Ferreira Isayama; c) Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL / Unimep), coordenado pelo professor Nelson Carvalho Marcellino. Disponível em <<http://www.unimep.br/php/index.php?urlin=/facis/gpl/gpl.html>>. Acesso em: 13 abr. 2007; Grupo de Estudos Lazer e Cultura (GLEC / Unicamp), coordenado pela professora Heloisa Turini Bruhns. Disponível em <<http://www.unicamp.br/fe/ grupos/glec/glec.html>>. Acesso em: 14 abr. 2007; Laboratório de Estudos do Lazer (LEL / Unesp-RC), coordenado pela professora Gisele Maria Schwartz. Disponível em <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/lel/pagina_inicial.htm>. Acesso em: 14 abr. 2007.

⁵ BRASIL. Portaria n. 68, de 6 dez. 1943. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (BMTIC), n. 113, jan. 1944.

Cabe esclarecer que, quando nos referimos ao povo brasileiro, estamos atentos para sua diversidade; logo, ao utilizarmos termos tais como, povo, trabalhadores ou operários, supomos que esses descrevem um conjunto marcado pela diversidade de origem, formação e inscrição social. Tal conjunto era composto, fundamentalmente, por imigrantes, mestiços, negros pobres, trabalhadores no comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores sem qualificação, vendedores ambulantes, trabalhadores rurais, donas de casa, malandros; havendo, nesse grupo heterogêneo, um altíssimo percentual de analfabetos.⁶

Subjacente aos objetivos do Serviço de Recreação Operária estava em jogo uma mudança nos hábitos e costumes de maneira geral, isto é, havia a necessidade de modificações na ordem lúdica. As práticas rotineiras do tempo de recreio dos pertencentes às camadas pobres da população eram desqualificadas e os jogos de azar, o consumo de bebidas e os excessos de toda ordem eram considerados prejudiciais para o Regime, na medida em que não se coadunavam com o comportamento que se esperava do trabalhador no Regime Vargas. Iniciativa do Estado, o órgão também pode ser compreendido como uma resposta a antigas demandas do movimento operário,⁷ no que se refere à educação e ao lazer, marcando o espaço de uma intervenção estatal no âmbito das iniciativas privadas que já aconteciam no Distrito Federal, dirigidas ao gozo do tempo de repouso.

Sobre essas, é possível fazer um comentário e citar, ao menos, dois exemplos. O comentário refere-se às possibilidades de fruição do tempo de recreio, ainda que sejam somente para os

⁶ Em 1940, o Brasil tinha 16,4 milhões de analfabetos em um total de habitantes que alcançava 41,2 milhões. "Tendências Demográficas: Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos". Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1> Acesso em: 13 nov 2010.

⁷ Ao analisar o movimento operário nas primeiras décadas da República, Gomes aponta que as preocupações com o uso do tempo de repouso já constavam entre as suas reivindicações. Cf. GOMES, A. de C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

homens, que já ocorriam nos vários clubes de bairro que se espalhavam pela cidade, especialmente nos subúrbios, entre eles: Vitória Tennis Club e Galitos Sport Club, no Engenho Novo; Riachuelo Tennis Club, no bairro de mesmo nome; Andaraí Futebol Club e Renascença Club no bairro do Andaraí; Oposição Futebol Club, em Todos os Santos; Paris Futebol Club, Vitória Futebol Club, Oswaldo Cruz Futebol Club, Segredo Futebol Club e Associação Pró-Melhoramentos de Oswaldo Cruz, no bairro de mesmo nome.⁸ Embora não possamos garantir que isso acontecesse em todos, na Associação Pró-Melhoramentos de Oswaldo Cruz e no Renascença Club, também ocorriam tardes e jantares dançantes, concursos de beleza, desfiles infantis, sorvetes dançantes e campeonatos femininos de esportes, o que pode indicar uma tentativa de inclusão de mulheres e crianças na programação recreativa.

Com relação aos dois exemplos, o primeiro está referido às notícias semanalmente publicadas no *Jornal do Brasil*, ao longo do ano de 1944, sobre as atividades recreativas oferecidas a seus funcionários pela Companhia Light de Luz e Força. Segundo o periódico, a companhia oferecia um programa de atividades a ser fruído no tempo de descanso que era composto por esportes, cinema, teatro, escotismo, jogos de salão e biblioteca, entre outras.⁹ O segundo exemplo é relativo ao Sindicato Brasileiro de Bancários, que fundou, no dia 19 de fevereiro de 1936, o Centro Cultural e Recreativo de Bancários. A associação tinha dois objetivos: a) proporcionar aos seus associados, bancários sindicalizados, e suas famílias “uma vida social condizente com a sua situação de cultura, visando a uma maior aproximação e uma maior solidariedade entre os componentes da classe de bancários”; b) “proporcionar recreações sociais, culturais e desportivas aos seus associados, suas famílias e à classe de bancários em geral”.¹⁰

⁸ Informações fornecidas pelo senhor Angelo Brêtas que nessa época jogava futebol nos clubes espalhados pelos subúrbios da cidade.

⁹ Sobre essas atividades, cf. exemplares do *Jornal do Brasil*, 16 de janeiro, 30 de janeiro, 22 de outubro e 31 de dezembro de 1944, sempre na página 5 e assinadas por H. Coutinho.

¹⁰ Estatuto aprovado em Assembleia Geral de 15 de março de 1936.

O Serviço de Recreação Operária diferenciava-se dessas iniciativas por cinco motivos, a saber: a) foi uma iniciativa de responsabilidade do Estado; b) tinha objetivos pedagógicos claros; c) oferecia acesso a atividades físicas e desportivas, mas também a várias linguagens artísticas; d) era aberto à participação de homens, mulheres e crianças; e) era gratuito. A seguir listamos as atividades organizadas e oferecidas pelo SRO, segundo o relatório elaborado por Arnaldo Süssekind e entregue ao ministro Marcondes Filho em 1945:

- Passeios de barco pela Baía de Guanabara; sessões de cinema; curso de alfabetização; concurso para a escolha da “Cartilha de Alfabetização do Trabalhador Brasileiro”; concurso para a escolha da “Canção do Trabalhador Brasileiro”; e 2º concurso de “Romance e Comédia”. Esses concursos eram abertos à participação de pessoas de todo o país.
- Campeonatos intersindicais de futebol; coral de canto orfeônico; grupo de teatro operário; escotismo para filhos de operários; barraca na praia de Ramos com os objetivos de dar maior conforto ao trabalhador e à sua família em sua estadia na praia e de emprestar materiais para a prática de esporte.
- Empréstimo de aparelhagem de som para bailes e eventos dançantes; doação de bibliotecas e de discotecas aos sindicatos.

Foram criados, até mesmo, dois Centros de Recreação em bairros operários, um no Méier e outro na Gávea. Nesses locais funcionavam atividades de ginástica e de esportes para os operários e suas famílias, que poderiam, também, ter acesso à biblioteca e aos jogos de salão.

Apesar das claras intenções de controle dos trabalhadores por parte do Regime, é possível supor que os operários aproveitavam as chances que o Serviço lhes ofertava. Cremos que, entre a imposição de um produto e a maneira de empregá-lo, existe uma distância que é preenchida pelas práticas cotidianas dos usuários que se reapropriam do que lhes é imposto/oferecido em seu próprio benefício, segundo suas próprias leis e de acordo com suas próprias regras. Daí que a mudança da ordem lúdica pretendida pelo Regime não estava assegurada em sua imposição. Portanto, não há garantias de que os objetivos do SRO, ao abrir a possibilidade da vivência de atividades culturais e desportivas,

fossem os mesmos dos operários ao fruí-las. Nesse sentido, cremos que os trabalhadores que participavam das ações desenvolvidas pelo SRO não podem ser considerados passivos, submissos ou dominados. Em nosso entendimento, há a chance de terem modificado as atividades fruídas sem abandoná-las, subordinando-as a seus próprios desejos. Acreditamos que o SRO atuou no interior de uma lógica simbólica que levava em consideração os hábitos de lazer dos operários, isto é, aquilo de que gostavam e que também lhes era acessível, de modo a abrir espaços para a vivência de outras linguagens.

Desse modo, a fim de comprovarmos nossa hipótese, buscamos indícios que levassem a perceber as nuances nos vínculos entre Estado e trabalhadores, procurando inquirir as fontes na perspectiva da existência de uma relação dinâmica, conflituosa e desigual, que comportasse um movimento resultante de resistências e reações dos personagens envolvidos. Um exemplo que ilustra e, de certo modo, confirma nossa suposição se refere a um trecho do depoimento de Arnaldo Süssekind dado a Gomes, Pessanha e Morel.¹¹ Na condição de diretor desse órgão, era responsável por parte da mobilização dos trabalhadores para as comemorações do 1º de Maio no Distrito Federal, pois Vargas, por meio do MTIC, convocava as confederações e os sindicatos para o evento. A participação era fundamental porque nessas ocasiões o presidente falava diretamente para um número expressivo de pessoas sobre as realizações de seu governo e anunciava leis que beneficiavam o operariado.¹²

Vale a pena transcrever a apreciação do dr. Arnaldo sobre tais solenidades: “Era um comício, mas a fim de atrair bom público, antes da cerimônia, havia um jogo de futebol entre duas equipes importantes. Algumas pessoas iam pelo Getúlio, outras, pela diversão; o fato é que o local ficava cheio”.¹³ Na análise

¹² Em 1938, o regulamento da lei do salário-mínimo e o decreto-lei relativo à isenção de impostos para habitações proletárias. Em 1939, a criação da Justiça do Trabalho. Em 1940, a fixação do salário-mínimo. Em 1941, a instalação da Justiça do Trabalho. Em 1942, o pedido aos operários para colaborarem com o esforço de guerra. Em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas. Em 1944, a nova Lei Orgânica da Previdência. Cf. GOMES, *op.cit.*, 1979)

¹³ GOMES, PESSANHA e MOREL, *op. cit.*, p. 84.

dessas palavras, podemos destacar, ao menos, dois aspectos. O primeiro é relativo à estratégia de atração do público para o estádio de futebol do Vasco da Gama. Conforme assegura Sússekind, muitos iam para ver e ouvir Vargas, mas não se pode desconsiderar que um jogo de futebol entre duas equipes importantes era um excelente atrativo, principalmente para os homens. O segundo está relacionado aos times que participavam dos jogos. A preliminar era uma partida entre equipes de sindicatos operários, e não há como negar a emoção e a satisfação que deveriam sentir os jogadores — operários sindicalizados — ao entrar em campo para jogar em um estádio daquele porte completamente lotado. Esse evento desportivo também deveria gerar profundas sensações nos companheiros de trabalho dos jogadores e tais sensações não passavam despercebidas aos olhos dos representantes do Regime. Tudo isso pode indicar a existência de um diálogo estabelecido entre Governo e trabalhadores, no qual, se havia intenções de controle por parte do primeiro, os operários souberam tirar proveito da situação.

Consideramos a criação do SRO como resultado da articulação de discursos com práticas não discursivas. Procuramos compreender o Serviço não como um reflexo, mas como resultado de nexos, isto é, de comunicações entre discursos e de práticas que se cruzam. O que estamos considerando como discursos são: a publicação baseada no primeiro relatório do Serviço de Recreação Operária,¹⁴ a qual, de agora em diante, iremos tratar simplesmente como relatório; os pronunciamentos de Getúlio Vargas e do ministro Marcondes Filho; as atas de reuniões dos sócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro; os artigos do *Jornal do Brasil*; os artigos da revista *Cultura Política*; as portarias do MTIC e os artigos do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (BMTIC). Como práticas não discursivas, consideramos as iniciativas voltadas para o lazer da Prefeitura Municipal do Distrito Federal e os diversos concursos lançados; as atividades caritativas de ação social; os jogos de futebol promovidos; a organização do escotismo; as atividades esportivas desenvolvidas;

¹⁴ SÚSSEKIND, A. L. *Trabalho e Recreação* – fundamentos, organização e realizações do SRO. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

as atividades dançantes e os encontros sociais em outros espaços, por exemplo, clubes de categorias profissionais ou amadoras. Nessa perspectiva, o SRO é encarado como uma modalidade de assistência, que não é nova, mas que, reunindo em seu conjunto todas as outras, se torna original.

Entre essas práticas e os discursos, não há uma relação de causa e efeito ou de determinação recíproca. No que se refere à criação do SRO, é possível perceber que há uma fina e requintada elaboração dos argumentos ideológicos e das inúmeras forças em disputa, o que criou condições para a existência do Serviço naquele período, atendendo àquelas necessidades, concretizando aqueles discursos específicos. Procuramos analisar o Serviço de Recreação Operária como resultado de um jogo de relações entre acontecimentos dispersos ou, em termos foucaultianos, como uma dispersão de enunciados. Buscando investigar sua coexistência e sua convergência, consideramos sua irrupção e sua transformação. Temas como jogos de azar, alcoolismo, tempo de trabalho, horário de trabalho, fadiga, acidentes de trabalho, aumento da produtividade, tempo de férias, colônia de férias, educação operária, demissões, degeneração moral, bem-estar, habitação, alimentação, família, escotismo, biblioteca, música, literatura e teatro são, por um lado, foco de artigos, pronunciamentos feitos por autoridades em diversas ocasiões, palestras, atas de reuniões e relatórios anuais de instituições e, por outro, são retomados em iniciativas tais como campeonatos de futebol, bailes, concursos e medidas legislativas, entre outras práticas.

Esses temas encontrados dispersos nas diferentes fontes foram analisados a fim de perceber sua circulação, suas modificações e permanências. Desse modo, para nortear seu tratamento, trabalhamos com o que foi efetivamente dito e, ainda, com o lugar ocupado pelo emissor no conjunto das relações em pauta. Procuramos apreendê-los em sua descontinuidade, por mais banais que possam parecer, pois, como Foucault, cremos que tais referências abrem campos de memória e podem ser transformadas, repetidas, substituídas e reativadas em outros espaços e em outras condições.¹⁵ Dessa maneira, teremos a chance

¹⁵ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

de observar o modo como, circulando e se modificando, enunciados e práticas vão constituindo novos conjuntos de poder, de saberes e de intervenções.

A temática em torno da qual todas as outras orbitam é a industrialização do país, que se consubstancia e materializa no cotidiano da fábrica. É para essa que convergem olhares, saberes, competências e intervenções ou, em termos foucaultianos, discursos e práticas não discursivas. Tratamos, pois, de mesmos temas em diferentes conjuntos de conhecimentos, buscando encontrar correlações, espaços comuns, transformações e substituições, além de considerar e analisar as condições as quais estão submetidos tanto os temas quanto os conjuntos.

No que diz respeito especificamente ao lazer nesse momento, como vimos, tratado como tempo de recreio ou de repouso, ou ainda, como tempo de alheamento, nos argumentos utilizados, há uma forte presença de conhecimentos científicos e aspectos técnicos, compreendidos como neutros. Por outro lado, há um aspecto emocional de grande peso que tem em Vargas o centro irradiador e que conta com forte aparato de propaganda e repressão para ser sustentado e mantido. O projeto que articula ciência e apelo carismático é realizado com base em raciocínios vinculados a sentimentos de solidariedade, prometendo a harmonia entre as classes sociais na direção do bem comum.

Em nosso entendimento, a história do Serviço de Recreação Operária é a história de uma emergência, é sinal/sintoma de comunicações entre diversas instâncias de poder. Portanto, cabe conhecer quem são os emissores de discursos sobre o órgão, isto é, quem são os intelectuais do Regime e como se comunicam. Médicos, advogados, funcionários públicos graduados, juristas, professores, escritores, jornalistas, oficiais das forças armadas, empresários e religiosos. A esses é dado o privilégio da palavra — tomada como verdadeira — vista como a voz do Regime. É óbvio que essa também não representa uma unidade homogênea. Em seu interior há tensões e opiniões divergentes em disputa, mas, acima de tudo, há algo que os aproxima, que é o interesse na manutenção do Regime. E é esse que surge através das opiniões manifestas desses indivíduos, nas quais se combinam competência, saber e poder.

Nesta análise são considerados o lugar de onde falam e a rede de relações estabelecidas com outros indivíduos e com outros grupos, isto é, o sistema de troca de informações com

outros indivíduos componentes das elites (intelectuais e financeiras) e que estão ligados a outras redes que, por sua vez, detêm seu próprio *status*. Além disso, cada um desses sujeitos possui um lugar no conjunto da sociedade. Por exemplo, os médicos que fazem palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro; o advogado que faz palestra no Lions Clube; o professor do Colégio Pedro II que é advogado e membro de alguma Comissão do MTIC; o médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (Iapetec)¹⁶ que é médico particular do ministro; o consultor jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) que é deputado federal.

Importa considerar os lugares institucionais em que os discursos encontram sua origem e seu ponto de aplicação. Advogados falam a partir seus escritórios, dos tribunais, eventualmente nas salas de aula, nas delegacias, nos livros, nos relatórios, nas sentenças e nas assessorias ocasionais. Médicos falam a partir dos hospitais, dos consultórios, dos laboratórios, das salas de aulas, dos artigos, dos pronunciamentos e das assessorias a diversos órgãos públicos ou privados. Professores falam nas salas de aula, nos artigos de revistas, nos sindicatos. Religiosos, nos púlpitos, nos confessionários e nos jornais. Empresários, nas reuniões de suas entidades representativas, em inaugurações e em conversas públicas e particulares com autoridades do Estado. Funcionários públicos falam em seus gabinetes, nos sindicatos, nas revistas e nos jornais. Esses diversos planos, nos quais se entrelaçam práticas, conhecimentos e transmissões, formam um campo de presença em que coexistem os enunciados formulados nesses espaços, que são repetidos, filtrados, fragmentados, modificados, comunicados por outros indivíduos e em outras redes relacionais.

Desse modo, não há um único princípio organizador, na medida em que estamos diante de fatos de transmissão e de comunicação, tomando como princípios operatórios observar e tratar esse conjunto de acontecimentos dispersos. Nesse sentido,

¹⁶ O Iapetec “foi formado em 1937, incluindo em seus quadros empregados em empresas de transportes, de petróleo e motoristas de táxi. Tornou-se um dos mais importantes e ativos dos institutos previdenciários existentes” (GOMES, PESSANHA e MOREL, *op. cit.*, p. 40).

foi constituído um corpo documental associado a cada um dos lugares/posições sociais aqui trabalhados. Assim, analisamos como fontes, artigos da revista *Cultura Política*, artigos do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, relatórios e atas das reuniões da Associação Comercial do Rio de Janeiro, portarias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, artigos do *Jornal do Brasil*, pronunciamentos de Alexandre Marcondes Filho e de Getúlio Vargas e o relatório de Arnaldo Sússekind. Além disso, analisamos a Encíclica *Rerum Novarum*, as Recomendações e as Convenções da OIT, e fizemos um breve levantamento bibliográfico sobre as demandas postas pelo movimento operário na Primeira República, no que dizia respeito ao tempo do trabalho e aos usos do tempo de repouso. Senão vejamos:

O TEMPO DO NÃO-TRABALHO E O MOVIMENTO OPERÁRIO

No Brasil, os discursos sobre o trabalho que circulavam nos fins do século XIX eram variados. De uma forma geral, o trabalho manual era visto como algo negativo por ter sido fortemente marcado pela experiência da escravidão. Aos olhos dos empregadores, os brasileiros não eram vistos como bons trabalhadores por não terem força e por não apresentarem hábitos para o trabalho. A atividade laboral era vista pelos patrões como *locus* de uma positividade intrínseca ligada ao fato de afastar os homens da miséria e do vício, pois os mantinha ocupados. Esse aspecto positivo se tornava mais forte na medida em que se acreditava no seu potencial reabilitador. Imaginava-se que pelo trabalho seria possível recuperar os desocupados, os órfãos, os asilados e os pobres. Já para os trabalhadores socialistas organizados, o trabalho era compreendido como o espaço no qual o homem encontraria a felicidade. Todos poderiam e deveriam se dedicar a ele, porque era sinônimo de glória e de grandeza morais. Como consequência, trabalho, integridade e dignidade de caráter possuíam o mesmo significado. Observa-se que, enquanto para os empregados a labuta poderia ser fonte de felicidade, isto é, tinha valor em si, para os empregadores seu mérito estava situado fora dela, na função que exerceria e no que se obteria por meio dela. Recuperar, reabilitar e ocupar eram as palavras-chave dessa perspectiva funcionalista que permeou e

continua permeando os mais variados discursos sobre a atividade laborativa.

No fim do século XIX e início do XX, as diferentes associações operárias, mesmo que frágeis e pouco duradouras, ajudaram a conformar uma identidade coletiva do trabalhador e uma imagem positiva do trabalho. Nos congressos operários, os trabalhadores organizavam sua luta e debatiam suas reivindicações. Essas, de uma maneira geral, giravam em torno da redução da jornada de trabalho sem a diminuição dos salários, do descanso semanal, de férias remuneradas, de melhores condições de higiene e de segurança no ambiente de trabalho, de leis que regulassem o labor das crianças e das mulheres, e de leis de amparo e de proteção ao trabalhador independente do sexo.¹⁷ O que nos interessa mais de perto é o debate sobre a redução da jornada de trabalho, por implicar a discussão sobre a fruição do tempo do não-trabalho. Esse era representado como bastante valioso e todos os olhares, de diferentes correntes, matizes e intenções se voltavam para ele.

Sob o ponto de vista do trabalhador, estava em construção nesse período, uma categoria por nós denominada “tempo do não-trabalho”, que abarcava quatro dimensões fundamentais. Duas estavam diretamente associadas à vida dos indivíduos, relativas ao conforto material e à dignidade moral, e uma terceira ligada à própria sobrevivência das entidades sindicais e do movimento operário, relacionada à propaganda política. A quarta é a da diversão e guarda uma dupla face, pois se liga tanto às questões individuais quanto às coletivas. Essa apresenta uma ocorrência mais flutuante, na medida em que nem sempre aparece nos debates ou nas reivindicações, se manifestando, à primeira vista, como uma concessão. O termo concessão, entretanto, não expressa toda a complexidade da relação estabelecida entre o movimento operário organizado e o conjunto da massa trabalhadora. Cremos que esse termo encerra uma perspectiva muito calcada em uma relação de poder cujo vetor de força está direcionado de cima para baixo. Julgamos, ao contrário, que havia uma negociação entre o conjunto dos trabalhadores e aqueles

¹⁷ Cf. PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A classe operária no Brasil 1889-1930 documentos: o movimento operário*, v. 1. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

que pretendiam representá-los. Na medida em que seus interesses nem sempre eram equivalentes, a abertura do espaço para a diversão era a força resultante desse embate. De todo modo, esses três/quatro aspectos estão presentes, com variadas feições, nas diversas correntes políticas que buscaram organizar os trabalhadores. Logo, a fruição do tempo do não-trabalho também não pode ser considerada como um espaço tranquilo marcado pela homogeneidade e pela ausência de tensões.

De maneira geral, os trabalhadores socialistas compreendiam a relação tempo de trabalho e tempo do não-trabalho de um modo bem singular. Para que o primeiro fosse realmente digno e dignificador, o segundo deveria ser aproveitado como um espaço de bem-estar, de descanso e de estudo, de experiências coletivas, de elevação do nível intelectual e de combate ao alcoolismo, visto como um grande mal por empregados e por patrões. O tempo do não-trabalho, da mesma forma, poderia ser utilizado para a divulgação dos métodos de luta das sociedades de resistência, pois os eventos reuniam encenações teatrais, piqueniques, declamação de poesias, jogos e brincadeiras, bailes e discursos políticos. Havia, ainda, a proposta de criação de bibliotecas. É interessante destacar a preocupação com o alcoolismo, considerado como um dos maiores vícios dos trabalhadores, como meio de fuga da brutalidade do trabalho e como obstáculo para sua organização. Enfim, a educação, a alimentação e o bem-estar do operário e de sua família eram objetivos a serem alcançados por meio da luta dos trabalhadores organizados nas primeiras décadas do século XX.

A corrente anarco-sindicalista constitui outro exemplo de uma maneira específica de se pensar sobre esse tempo. Além da presença das três dimensões já citadas, isto é, do conforto material, da dignidade moral e da propaganda política, está aquela relacionada à diversão, entretanto, com ressalvas. Seria admitida caso pretendesse atingir dois objetivos, o primeiro seria o aumento da frequência às sedes sociais dos sindicatos e o segundo, intimamente ligado ao primeiro, se também pudesse servir como instrumento de propaganda política. Nesse caso, a fruição desse tempo deixava de ter valor em si mesmo e passava a comportar uma perspectiva marcadamente funcionalista e de caráter ascético, pois não seriam aceitos bailes e jogos de qualquer natureza. Estava em cena a idealização do comportamento do operário comprometido com as lutas.

A necessidade de atrair os trabalhadores levava os líderes sindicais a abrir espaço para a diversão. Entretanto, essa deveria estar devidamente qualificada e limitada a recitações de peças sociais e poesias, a palestras sobre assuntos sociais e, no máximo, sobre literatura. Segundo Hardman, havia por parte dos anarcosindicalistas uma representação do que seria uma classe “operária pura”, que, todavia, não chegava a ser significativa no interior do movimento¹⁸. É interessante observar que a noção do tempo do não-trabalho desse grupo era — assim como a dos patrões — muito instrumental, por isso, de fato muito distante da classe operária real. Em certo sentido, embora com princípios opostos, patrões e lideranças sindicais tinham uma opinião muito semelhante sobre o tempo do não-trabalho, isto é, moralista e funcional.

Na sequência, os chamados “elementos impuros” foram sendo incorporados às atividades fruídas no tempo do não-trabalho, portanto, o futebol, o cinematógrafo e a música passaram a marcar presença nas festas e comícios operários. Contudo, essa incorporação foi bastante problemática e muito criticada pelos militantes mais conservadores. Eram organizados piqueniques, brincadeiras musicais, peças e bailes nos quais não se perdia de vista a propaganda política, mas a diversão era fundamental.

Após essa sintética apresentação das concepções sobre o tempo do não-trabalho para uma parcela do movimento operário organizado na Primeira República, é pertinente tratar das questões relativas à Encíclica *Rerum Novarum*. A fim de podermos compreender o lugar ocupado por esta Carta na trama cujo centro é a criação do SRO, importa situar rapidamente a posição da Igreja Católica e apresentar alguns personagens que participaram do processo de consolidação de seu poder no Brasil dos anos 1920-1940.

¹⁸ HARDMAN, F. F. *Nem pátria, nem patrão!* Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

A ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM*

De acordo com Vianna, a Igreja, mesmo não exercendo mais o poder da época feudal, ainda era uma importante agência de controle ideológico e, ao menos até o início da Segunda Guerra Mundial, procuraria implantar um novo projeto de recuperação da hegemonia perdida.¹⁹ Na Europa se organizou como partido, valendo-se da incapacidade do Estado laico-republicano de incluir as classes subalternas no plano político, e competia neste nível por meio de partidos políticos, sindicatos e de movimentos laicos, tais como a Ação Católica.²⁰ A Encíclica *Rerum Novarum* marca uma mudança no posicionamento da Igreja frente ao pensamento moderno. Enquanto as encíclicas anteriores²¹ possuíam um caráter pessimista e fechado quanto ao mundo contemporâneo, essa Carta, em uma atitude construtiva, facilita a prática para a sociedade civil católica, de uma política de caráter cristianizador do capitalismo. A retomada do poder hegemônico constituiu-se na utopia que incitava à ação religiosa e leiga.

No Brasil, no que tange à questão da Igreja, os anos de 1920 são marcados pela atuação de Jackson de Figueiredo,²² que

¹⁹ VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

²⁰ No Brasil, a partir da década de 1930, a Ação Católica criou, sob a orientação dos bispos, as seguintes organizações: Juventude Universitária Católica (JUC), Operária (JOC), Agrária (JAC) e Estudantil (JEC). BESEN, Padre José Artulino. *Jornal Missão Jovem. História da Igreja no Brasil/ A participação dos leigos/*. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjhistrenova.htm>>. Acesso em 13 nov. 2010.

²¹ *Mirari Vos*, de Gregório XVI, em 1832; *Quanta Cura*, de Pio IX, em 1864; *Pascendi*, de Pio X (VIANNA, *op. cit.*).

²² Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju (SE), em 9 de outubro de 1891, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu atividade de professor, jornalista, crítico, ensaísta, filósofo, político e líder católico, após sua conversão ao catolicismo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital, a revista *A Ordem e a Livraria Católica*, por meio dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi por meio de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1928, aos 37 anos de idade. Informações

formou seguidores, entre eles, Alceu Amoroso Lima,²³ Augusto Frederico Schmidt²⁴ e Afrânio Peixoto²⁵ que, por sua vez, compuseram os quadros de uma intelectualidade leiga que participou ativamente da vida política e cultural do país. Ainda

retiradas do portal da Secretaria Municipal Educação de São Paulo. Disponível em: < <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/Patronos/Emef/emef%20j.pdf> >. Acesso em 14 nov 2010.

²³ Alceu Amoroso Lima nasceu na cidade fluminense de Petrópolis, a 11 de dezembro de 1893 e faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de agosto de 1983. Cursou o Colégio Pedro II e formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913. Crítico literário e polígrafo adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde, que usou em múltiplas oportunidades. Convertido ao catolicismo, tornou-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil, foi diretor do Centro Dom Vital e eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1935. Foi professor da Faculdade Nacional de Filosofia e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Informações retiradas do site da Academia Brasileira de Letras, no link Acadêmicos/Alceu Amoroso Lima/Tristão de Ataíde. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=69&sid=359>> . Acesso em 14 nov 2010.

²⁴ Augusto Frederico Schmidt nasceu em 18 de abril de 1906 no Rio de Janeiro e faleceu na mesma cidade em 8 de fevereiro de 1965. Foi balconista, caixeiro-viajante e fabricante de aguardente e de álcool. Em 1928 publicou as obras poéticas *Canto do Brasileiro Augusto Frederico Schmidt* e *Cantos do Liberto Augusto Frederico Schmidt*. Em 1931 fundou a editora Schmidt, que publicou obras importantes como *Caetés*, de Graciliano Ramos, e *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. De 1956 a 1966, foi representante do Brasil na Operação Pan-Americana delegado do Brasil na ONU, e embaixador na Comunidade Econômica Europeia. Informações retiradas do site da Fundação Yedda e Augusto Frederico Schmidt, no link Biografia. Disponível em: < <http://www.fundacaoschmidt.com.br/> >. Acesso em: 14 nov 2010.

²⁵ Júlio Afrânio Peixoto, médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, Bahia, em 14 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1947. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri e de outras instituições. Informações retiradas do site do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, no link Cadeiras/Patronos/Júlio Afrânio Peixoto. Disponível em: <<http://www.ihgs.com.br/caadeiras/patronos/juliopeixoto.html>>. Acesso em: 14 nov 2010.

segundo Vianna,²⁶ por trás das ações desse grupo estaria Dom Sebastião Leme,²⁷ Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro entre 1930 e 1942. Com seu estímulo e, de acordo com o que propunha a *Rerum Novarum*, foram criadas organizações religiosas, mistas ou leigas destinadas a agir com base nos princípios católicos em todas as instâncias da sociedade. Diante desse contexto, é possível perceber a penetração da Igreja Católica no período e a importância da Encíclica *Rerum Novarum*.

Esta Carta do Papa Leão XIII, datada de 1891, é vista como um dos mais populares documentos emitidos pela Santa Sé nos últimos tempos. Com o objetivo de marcar sua posição em relação à condição operária, trata da chamada “questão social”, consolidando e aprofundando temas que já haviam sido abordados em outros documentos da Igreja Católica, tais como *Diurnum* (1831); *Immortale Dei* (1885) e *Libertas* (1888) (Arruda, 2006). Partindo da constatação de que era grande a desigualdade das condições de existência de patrões e empregados, busca debater essa temática e propor soluções à luz do catolicismo. Nessa perspectiva, opõe-se frontalmente a todas as ações socialistas, aproximando-se, por conseguinte, das concepções liberais. Os socialistas são apontados como portadores de “ódio invejoso”, como interessados na dissolução da família e ocupados em “excitar as multidões e fomentar desordens”.²⁸

De acordo com o Papa, só seria possível encontrar uma resposta eficaz para esse problema com o auxílio da religião e da

²⁶ VIANNA, *op. cit.*

²⁷ Dom Sebastião Leme preocupou-se em levar a Igreja a participar da vida política do país. Buscou congregar intelectuais no Centro Dom Vital e criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) para apoiar candidatos católicos às eleições para a Assembleia Constituinte de 1933. Ligado a Getúlio Vargas, Dom Leme trabalhou pela legislação que reintroduziu a educação religiosa nas escolas. BESEN, Padre José Artulino. *Jornal Missão Jovem. História da Igreja no Brasil/ Os bispos mais unidos com o Papa/*. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjihistrenova.htm>>. Acesso em 14 nov. 2010.

²⁸ TREZE, L. *Rerum Novarum*. 15.ed. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 11 e 10.

Igreja. Era objetivo da Igreja que todas as classes, ricas e pobres, pudessem, juntas e em harmonia, empregar forças para dar à questão operária a melhor solução. Para isso, os homens deveriam aceitar com paciência sua posição social, pois seria impossível que em uma mesma sociedade todos ocupassem o mesmo nível. Com relação aos direitos e aos deveres de operários e de patrões, os primeiros deveriam oferecer fielmente todo o trabalho a que se comprometessem, fazer suas reivindicações sem violência e fugir dos pregadores falsas promessas. Os patrões, por sua vez, não deveriam tratar seus empregados como escravos e nem como “vis instrumentos de lucros”, tendo sempre de considerar seus interesses espirituais. Isso significava que o patrão deveria cuidar para que o operário não se entregasse aos vícios, às seduções e às solicitações corruptoras. Nada deveria enfraquecer seu espírito de família e nem seus hábitos de poupança. O patrão também não deveria impor a seus subordinados um trabalho acima de suas forças e em desacordo com sua idade ou com seu sexo. O salário deveria ser justo e essa justa medida deveria ser buscada nas leis divinas que impediriam as fraudes, a exploração, a miséria e a usura. Os operários deveriam ser orientados a fazer economias e os ricos não deveriam atentar contra a economia do pobre, sob o risco de sofrerem a ação da justiça divina. As classes sociais deveriam se unir e, com boa vontade, encontrar as soluções para seus problemas. Importa, entretanto, destacar que a expressão “classes sociais” não estava referida à definição usual da sociologia.

De acordo com a Encíclica, o trabalho não deveria embrutecer o espírito e nem enfraquecer o corpo; deveria ser suspenso a fim de permitir o repouso e não deveria ser prolongado além do limite das forças do sujeito. A quantidade de repouso deveria ser proporcional à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à constituição e à saúde dos operários. O trabalho da mulher e da criança não deveria ser igualado ao de um homem forte e robusto. Haveria de se destinar à mulher trabalhos que se adaptassem à sua natureza de modo a que pudesse se dedicar à família e à educação dos filhos.

A relação entre o Direito Social e a Encíclica pode ser mais bem compreendida se pensarmos que 1º Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em maio de 1941, em São Paulo, e

organizado pelo professor Cesarino Júnior²⁹ e pelo advogado Rui Azevedo Sodré, integrou o conjunto de atividades comemorativas do cinquentenário da *Rerum Novarum*. Este evento, além de poder ser tomado como exemplo do tipo de relação que se estabelecia entre a Igreja Católica e o Direito Social, também pode ser compreendido como mais um espaço para a circulação de discursos acerca desta mesma relação. Portanto, não constitui uma surpresa o fato de muitas das ideias e propostas de Leão XIII discutidas na Encíclica poderem ser encontradas dispersas em todo o conjunto documental analisado. Nessa perspectiva, nossa hipótese acerca da criação do Serviço de Recreação Operária se fortalece.

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Outra instância normativa e de poder cujo discurso acreditamos ser parte da trama que se concretiza no SRO é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes.³⁰ Esse foi um dos tratados de paz assinados pelos países vencedores da guerra que impôs severas sanções à Alemanha, entre elas, a restituição da Alsácia e da Lorena para a

²⁹ Nasceu em Campinas em 1906 e faleceu em 1992. Advogado, médico e professor, fundou, em 1950, a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho, da qual foi presidente. Fundou e foi presidente do Instituto de Direito Social do Trabalho. Foi fundador e diretor do Instituto de Direito Comparado e Segurança Social, da Faculdade de Direito da USP. Foi idealizador e realizador da Universidade para o Trabalhador (Unitra). Politicamente, foi o fundador do primeiro Partido Democrático Cristão (PDC). Informações constantes do sítio Centro de Memória da Unicamp - Arquivos Históricos - Fundos/Coleções/Privados: pessoais/familiares/Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Código de referência: BR AHCMU AFCJ. Disponível em: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_cesarino.php >. Acesso em: 14 nov. 2010.

³⁰ Estas informações foram retiradas da página dessa Organização. Disponível em: <<http://www.oit.org/ilolex/spanish/index.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

França, a devolução de territórios à Polônia, a redução de suas forças militares e, ainda, o pagamento de um tributo no valor de 33 bilhões a algumas nações vencedoras. O Brasil foi um dos 32 países signatários desse Tratado e, ao assiná-lo, assumiu compromissos com a paz e com o progresso mundial, ao menos no que se referiu às regras impostas pelos países vitoriosos.

As normas internacionais do trabalho são instrumentos jurídicos elaborados pelos representantes da OIT — governos, empregadores e trabalhadores — que estabelecem os princípios e os direitos básicos do trabalho. Tais normas se dividem em Convênios, que são tratados internacionais legalmente obrigatórios que podem ser ratificados pelos Estados membros; e Recomendações, que atuam como diretrizes não obrigatórias. Em muitos casos, um Convênio estabelece os princípios básicos que devem ser aplicados pelos países que o ratificam, enquanto que uma Recomendação relacionada o complementa fornecendo diretrizes mais detalhadas sobre sua aplicação. As Recomendações também podem ser autônomas, isto é, não vinculadas a nenhum Convênio.

Essas normas, uma vez adotadas devem ser submetidas ao exame das autoridades competentes dos países membros. No caso do Convênio, trata-se de decidir, ou não, pela sua ratificação; e, em caso positivo, entra em vigor no país no ano seguinte. Os países que ratificam um Convênio estão obrigados a aplicá-lo na legislação e na prática têm de enviar regularmente à Oficina Internacional do Trabalho documentos comprobatórios de sua atuação nesse sentido. Caso contrário, podem ser alvo de queixas ou de reclamações por violação de Convênios.

Nosso interesse específico reside nos Convênios e nas Recomendações que tratam das questões relativas ao tempo de trabalho e ao tempo de férias. Pelas limitações impostas por esse artigo, não poderemos nos deter em cada uma delas, entretanto, isso não nos impede de, ao menos, indicá-las. São eles: Convênio 1; Convênio 2; Convênio 14; Convênio 30; Recomendação 18; Recomendação 21; Recomendação 37; Recomendação 38; Recomendação 39; Recomendação 47. Importa-nos analisar mais detalhadamente a Recomendação 21, que abordava a questão da utilização do tempo livre.

Em suas considerações, o documento fazia alguns alertas. Lembrava que, ao estabelecer o Convênio 1, a OIT tinha a intenção de garantir aos trabalhadores, além das horas necessárias para

dormir, um tempo suficiente para que pudessem fazer o que lhes desse prazer ou, em outras palavras, garantir-lhes um período adequado de tempo livre (*spare time*). Durante esse intervalo de tempo, os trabalhadores, de acordo com seus gostos pessoais, poderiam desenvolver suas faculdades físicas, morais e intelectuais, o que teria um valor fundamental para o progresso da civilização. Além disso, o documento apresentava argumentos ligados aos aspectos da produção de riquezas materiais, pois afirmava que o emprego razoável desse tempo, organizado de modo que permitisse ao trabalhador variar suas atividades e aliviar as tensões que sua profissão lhe impunha, poderia aumentar sua capacidade produtiva, o rendimento de seu trabalho e contribuir, assim, para alcançar a máxima eficácia durante a jornada de oito horas. Ademais, ainda que fossem consideradas as diferenças locais e os costumes de cada país, seria conveniente fixar os princípios e métodos vistos como os mais adequados e mais eficazes para a utilização desse tempo. Nesse sentido, seria interessante divulgar em todos os países os esforços realizados e as iniciativas adotadas.

Com base nessas afirmativas, o documento recomendava, entre outras questões:

- Proteção do tempo livre: deveria ser garantido o pleno gozo dessas horas de liberdade.
- O tempo livre e a higiene social: a utilização do tempo livre não poderia se separar das medidas gerais de higiene ou de bem-estar social, adotadas pela comunidade para todas as classes sociais. Também deveriam ser adotadas medidas legislativas ou ser estimulados os esforços privados para combater o alcoolismo, a tuberculose, as enfermidades venéreas e os jogos de azar.
- O tempo livre e a política de habitação: deveriam ser estimulados todos os esforços que favorecessem o desenvolvimento harmonioso da família operária e colocar à sua disposição uma moradia adequada, o que era visto como o melhor meio para proteger os trabalhadores contra os perigos acima mencionados. Além disso, sugeria que fossem organizadas propagandas ativas e eficazes a fim de educar a opinião pública em favor da boa utilização do tempo livre pelos trabalhadores.

Os debates e as resoluções da Organização podiam ser acompanhados por meio de textos publicados no *Boletim* do

Ministério do Trabalho,³¹ pois os brasileiros que participavam das reuniões como delegados redigiam artigos nos quais prestavam conta de sua participação, divulgavam a entidade e suas determinações e davam notícias do que estava sendo implantado no Brasil com relação aos Convênios e Recomendações. Marcondes Filho também tratou dessa temática em seu programa de rádio em junho de 1944.³² Nessa palestra, para comentar a 26ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida na Filadélfia (EUA), em 1944, falou sobre a fundação da OIT, sua importância, os assuntos discutidos, a participação do Brasil e sobre sua posição de vanguarda no cenário mundial com relação à proteção social, “graças ao gênio político e ao espírito profundamente humano do Presidente Getúlio Vargas”.³³ Para finalizar, reafirmou o propósito do governo Vargas de atender às resoluções da Conferência. A cremos nas palavras de Marcondes Filho, as Recomendações da OIT podem ser vistas como demandas a serem atendidas e, em nosso entendimento, se concretizam na criação e no funcionamento do Serviço de Recreação Operária, ao menos no período estudado.

Como é possível observar, os discursos emitidos pelo movimento operário organizado, pela Encíclica *Rerum Novarum* e pelas Conferências Internacionais do Trabalho possuem inúmeros pontos em comum e, em relação às duas últimas instâncias, a convergência foi assumida por Luiz Augusto do Rêgo Monteiro e por Helvécio Xavier Lopes em seus artigos publicados no *Boletim*, há pouco citados. Obviamente que os trabalhadores estão iluminados por uma perspectiva diferente daquela das elites dominantes, nesse caso representadas pelas demais instâncias normativas. Claro está, também, que existiam divergências entre essas, mas, no fim das contas, foram superadas pelo objetivo maior que as unia, que era a regulação e o controle da vida dos operários a fim de enquadrá-los na ordem liberal capitalista.

³¹ *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, n. 119, jul. 1944; BMTIC, n. 122, out. 1944, artigos de autoria de Luiz Augusto de Rêgo Monteiro; BMTIC, n. 124, dez. 1944, de autoria de Helvécio Xavier Lopes; BMTIC, n. 139, mar. 1946, de Décio Parreiras.

³² BMTIC, n. 119, jul. 1944.

³³ *Ibid.*, p. 284.

O patronato comercial e industrial também utilizou elementos referidos a esses discursos, o que para nós é sinal das comunicações, reapropriações e circularidades discursivas que consideramos fundamentais na criação do Serviço. Nessa perspectiva, analisamos os discursos emitidos por um setor específico do patronato, isto é, por aqueles que compuseram uma importante força no processo de trabalho: o patronato comercial reunido na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Optamos por investigar os dispositivos ativados pelos comerciantes ligados à ACRJ, na Primeira República até a década de 1940, por ser uma entidade que, tendo sido criada em 1820, sempre agiu no sentido de delimitar seu campo de atuação. A Associação é aqui tomada como uma representação do pensamento dos empresários do comércio, cabendo esclarecer que, mesmo no interior de uma entidade patronal, havia tensões e conflitos que tornavam aparentes as divergências de opiniões. Entretanto, apesar dessas diferenças, acima de tudo estava a tentativa de consolidação de um poder e de um lugar social, o que levava a entidade a encontrar soluções para os eventuais impasses.

O interesse em moldar uma nova ordem social, impulsionado pela contribuição da ciência, conformou as ações/intervenções das elites, que utilizaram inúmeros dispositivos — livros, palestras, revistas periódicas, jornais, sentenças judiciais e relatórios, entre outros — para fazer circular os conhecimentos científicos produzidos. No que dizia respeito à formação de riquezas, era necessário forjar um trabalhador adequado à nova ordem capitalista que se instaurava. Desse modo, era necessário colocar em ação dispositivos de controle que compelissem os homens ao trabalho. Esse, paralelamente, teria de assumir uma conotação mais positiva. A medicina e o direito, aliados na força de suas argumentações, foram importantes artífices desse processo, ao interligarem trabalho, saúde, moralidade pública e individual, criminalidade, família e pátria. Óbvio está que o sucesso dessa empreitada não pode ser contabilizado como absoluto; entretanto, podemos considerar que, entre avanços e recuos, as elites alcançaram um bom êxito nesse processo de normatização.

Ao trabalho passaram a estar referidos atributos morais, e o trabalhador, justamente por ser trabalhador, já era considerado como portador de virtudes tais como honestidade,

respeitabilidade e honradez. Para aquele que se desviasse da norma, havia todo um aparato repressor pronto a entrar em ação. Desvio considerado como falha moral era passível de punição, e o jogo de azar, bem como o alcoolismo se enquadravam nesse caso. Para o primeiro, a prisão; para o segundo, a internação em asilos para alienados. Impunha-se, desse modo, o poder da medicina e do direito, a Lei e o Remédio.³⁴ No caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro, seu discurso estava impregnado por elementos pertencentes a tais meios de correção e foi tendo-os por base que procurou agir para definir o perfil do trabalhador ideal. Nessa perspectiva, a ACRJ também se configurou como uma organização de controle do trabalhador, na medida em que pôs a circular discursos sobre como seria o empregado perfeito. Adequado à nova ordem seria aquele que não jogasse, não bebesse e que honrasse a família, o patrão e a pátria.

À medida que aprofundávamos nossas leituras, percebemos que, além dos discursos dispersos que efetivamente encontramos, foi possível acompanhar as tensões que marcaram as discussões sobre a conformação do tempo de lazer/não-trabalho ao menos no Rio de Janeiro. Ademais, a análise foi bastante profícua pelo fato de que acompanhamos também as estratégias do patronato para delimitar um campo de atuação reconhecido e respeitado pelos diversos setores sociais. Nesta pesquisa, terminamos por encontrar debates sobre os seguintes assuntos: jogo de azar, alcoolismo, analfabetismo, duração da jornada de trabalho, horário de fechamento do comércio e tempo de férias.

Outra preocupação que norteou a investigação foi o fato de que a ACRJ era uma instituição que congregava a elite dos homens de negócio ligados ao comércio.³⁵ Apesar de não acreditarmos que houvesse homogeneidade nos interesses do comércio e da indústria como um todo e, mais, que tal homogenia pudesse corresponder em absoluto aos interesses dessa elite, pensamos que as informações obtidas a partir dos relatórios da ACRJ são uma valiosa fonte para acompanhar as atividades desse

³⁴ Cf. GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

³⁵ Cf. GOMES, *op.cit.*, 1979.

grupo, que, afinal de contas, agia com o objetivo de ocupar um lugar de destaque na sociedade.

Como procuramos explicitar ao longo deste artigo, concluímos que o SRO não pode ser pensado de uma perspectiva linear ou referida a apenas um elemento fundador. Cremos que esse órgão foi o alvo para o qual vários interesses convergiram, portanto, foi a materialização de diferentes demandas, todas com a intenção comum de formar um novo trabalhador. Todavia, acreditamos que mesmo que tal objetivo tenha sido alcançado ao longo o tempo, não o foi sem um movimento que comportou diálogos, avanços e recuos, tanto do lado das elites dominantes quanto do lado dos trabalhadores brasileiros.

**FACTORY WORKER'S RECREATIONAL SERVICE (1943-1945):
AN EXPERIENCE OF VARGAS' GOVERNEMENT IN THE
SCOPE OF THE NON-WORK**

ABSTRACT

This study deals with the creation and functioning of Factory Worker's Recreational Service (SRO), founded in 1943, by the Ministry of Labour, Industry and Commerce, during administration of Alexandre Marcondes Filho, with purpose to co-ordinate workers leisure time and their families. The research sticks out that activities made by the Service, even strongly marked by the politics "estadonovista", could offer to the fraction working class, who made good use of that, the entrance in a whole of knowledge and language that could give them the chance to amplify their understand over the world and supply them more instruments to move in it. In this study we do not believe the creation of this arrangement had been the result of intelligence by one and only man. We understand that is an answer for lawsuits reported to normative instances, national and international, which are: Ministry of Labor, Industry and Commerce, commercial and industrial patron, International Labour Organization, Encyclical *Rerum Novarum* and workmen movement.

KEYWORDS

New State; Factory Worker's Recreational Service; Leisure History; Factory Worker's Leisure.



[Getúlio Vargas entrega a Taça Eldorado a Ademir Menezes, goleador do Mundial de 1950, disputado no Brasil. Foto publicada no jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 maio 1952]. (Arquivo do Estado, SP, n. HU 308002).